

1 **MINUTA DA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA**  
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E**  
3 **PARDO (GD6), REALIZADA NO DIA 10 DE AGOSTO DE 2021 POR**  
4 **VIDEOCONFERÊNCIA**

5 Aos dez dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas, deu-se  
6 início a 4ª Reunião Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes  
7 Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-Pardo GD6), realizada de forma  
8 não presencial, pela plataforma Jitsi Meet, para discussão dos seguintes itens de  
9 pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê, execução do Hino  
10 Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de ausência; **Item II** -  
11 Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021; **Item III** -  
12 Apresentação de dúvidas sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos de  
13 Trabalhos externos ao Comitê. Demandas extras comitês - Contextualização dos  
14 Conselheiros que estão nestas representações, José Edilberto Resende e Irinéia  
15 Ardissom; **Item IV** – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da Câmara  
16 Técnica de Plano Diretor, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos Sales; **Item V** –  
17 Considerações sobre o andamento dos trabalhos da Cobrança pelo Uso dos Recursos  
18 Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e Cobrança, Sr. Juvenal Nogueira  
19 Marques; **Item VI** – Assuntos Gerais; e **Item VI** - Encerramento. **Membros presentes:**  
20 Na reunião estiveram presentes 36 (trinta e seis) membros, representando 31 (trinta e  
21 um) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério**  
22 **Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento -**  
23 **ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio**  
24 **Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela**  
25 **Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros:**  
26 **Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG),**  
27 **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG),**  
28 **Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM),**  
29 **Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do**  
30 **Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir Ferreira Fadini (Instituto Mineiro de**  
31 **Agropecuária - IMA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Tamires**  
32 **(Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de Florestas – IEF),**  
33 **Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde - SES), representantes do**  
34 **PODER PÚBLICO ESTADUAL; Jeniffer Rita Migot (Prefeitura Municipal de**  
35 **Bandeira do Sul), Antônio Carlos Ferreira (Prefeitura Municipal de Bandeira do**  
36 **Sul), Samira Fróes de Oliveira (Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Matheus**  
37 **Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom Repouso), Giovanna Ferreira**  
38 **Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas), Joelmar Lucas Andrade (Prefeitura**  
39 **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
40 **Andradas), Pedro Lopes Lucas de Amorim (Prefeitura Municipal de Andradas),**  
41 **Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho), representantes**  
42 **do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto (Companhia de**  
43 **Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Ivo Aparecido Paparotte (Indústria e**  
44 **Cerâmica Andradense S.A. – ICASA), Fábio Augusto Zincone (DME Energética**  
45 **S.A.), Heloísa Bertoli (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -**  
46 **FIEMG), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas**  
47 **Gerais - FIEMG), Josimar dos Reis Marques (Departamento Municipal de Água e**  
48 **Esgoto de Poços de Caldas - DMAE Poços de Caldas), Luiz Renato Musa**

49 **Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de Caldas -**  
50 **ASMIPC)**, representantes dos **USUÁRIOS**; **Antônio Carlos Sales (Associação dos**  
51 **Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Andradas – ASSEA)**, **José Edilberto da**  
52 **Silva Resende (Associação Poços Sustentável - APS)**, **Kelly Ribeiro de Andrade**  
53 **Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio**  
54 **Grande – ARPA Rio Grande)**, **Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta**  
55 **Solidário)**, **Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
56 **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas)**,  
57 **Ângela Maria Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e**  
58 **Agronomia de Minas Gerais – CREA MG)**, **Valnei José de Melo (Nascentes do Alto**  
59 **do Rio Pardo e seus afluentes - NARP)** e **Claudimir Silva Santos (Instituto**  
60 **Federal do Sul de Minas - Campus Muzambinho)**, representantes da **SOCIEDADE**  
61 **CIVIL**. Também estiveram presentes os seguintes convidados: **Maria de Lourdes**  
62 **Amaral Nascimento (Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e**  
63 **Articulação a Gestão Participativa – GECBH – IGAM)**, **Robson Rodrigues dos**  
64 **Santos (Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a**  
65 **Gestão Participativa – GECBH – IGAM)**, **Allan de Oliveira Mota (Gerente de**  
66 **Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM)** e **Rosângela Santos (Gerência de**  
67 **Planejamento de Recursos Hídricos – IGAM)**; **Item I - A reunião foi aberta pelo**  
68 **Presidente Rogério, o qual agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião.**  
69 **Na sequência, ele solicitou a execução do Hino Nacional e convidou todos a cantarem.**  
70 **Verificou-se o quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Na**  
71 **sequência, o presidente Rogério passou para o Item II - Aprovação da Ata da 2ª**  
72 **Reunião Extraordinária do dia 08/07/2021;** o conselheiro José Edilberto manifestou  
73 que a ata foi enviada fora do prazo regimental, conforme e-mail que ele enviou ao  
74 Comitê e os conselheiros Irinéia e Antônio Carlos Sales concordaram com ele, dizendo  
75 que o prazo foi curto para a leitura de uma ata de 8 páginas. Sendo assim, a aprovação  
76 da ata foi adiada para a próxima reunião, passando-se para o **Item III - Apresentação**  
77 **de dúvidas sobre a participação do GD6 em Comissões e Grupos de Trabalhos**  
78 **externos ao Comitê. Demandas extras comitês - Contextualização dos**  
79 **Conselheiros que estão nestas representações, José Edilberto Resende e Irinéia**  
80 **Ardisson;** o Presidente Rogério passou a palavra para o conselheiro José Edilberto  
81 que apresentou um documento feito e assinado por ele e pela conselheira Irinéia  
82 Ardisson onde se questiona o papel do comitê e se realmente há um interesse público  
83 do comitê de bacia para esta participação na Comissão das Águas da Câmara  
84 Municipal de Poços de Caldas, já que o objetivo deste grupo é, dentre outros, fazer os  
85 planos municipais de saneamento básico – PMSB para os municípios da bacia que  
86 ainda não possuem. Ele destacou que, de acordo com a Lei 11.445 que regulamenta o  
87 saneamento básico, deve haver a criação de um grupo específico do poder executivo  
88 municipal e outro grupo de coordenação. Apontou que o fato de haver a ausência de  
89 participação social neste grupo da CMPC e a participação dele e da Irinéia não ter sido  
90 votada pela plenária, são os motivos principais por não concordar mais em participar  
91 deste grupo e colocar a sua vaga a disposição de outra pessoa que se interessar. O  
92 presidente Rogério, que também participa da comissão pela ASSEMAE e não pelo  
93 Comitê, concordou com ele sobre a justificativa colocada, porém disse que este  
94 documento deveria ter sido enviado anteriormente para todos analisarem também e  
95 pediu que ele disponibilize este documento para ser decidido na próxima reunião.  
96 Ressaltou que acha importante a participação do Comitê nesta Comissão das Águas,

97 pediu desculpas à plenária por ter indicado os conselheiros José Edilberto e Irinéia  
98 para a referida Comissão, representando o Comitê, sem passar pela Plenária, pois os  
99 mesmos responderam ao e-mail que foi enviado para todos os conselheiros, se  
100 voluntariando. Disse que sente que deve nortear os trabalhos ainda, inclusive refazer o  
101 diagnóstico sobre os planos municipais de saneamento básico. Neste momento,  
102 passou a palavra para a conselheira Irinéia que endossou o documento preparado pelo  
103 conselheiro José Edilberto e também colocou a sua vaga na Comissão das Águas à  
104 disposição por motivos pessoais. Disse que o trabalho da Comissão realmente é muito  
105 importante, especialmente por Poços ser a cidade das águas, que foi louvável o  
106 trabalho feito lá atrás, mas citou o exemplo de Bortolan onde o nível da água está  
107 baixíssimo e o nível de coliformes fecais encontrados lá foi 65 vezes maior que o  
108 medido anteriormente, e que ela não concorda com os resultados apresentados, pois  
109 devem estar bem maiores agora. Por isto disse que neste momento é imprescindível a  
110 execução do plano municipal de saneamento de Poços de Caldas. Ela disse que  
111 participa da Comissão de Resíduos Sólidos e há 3 anos atrás o DMAE disse que seria  
112 responsável pelos resíduos sólidos e que iria englobar isto, mas nem a coleta seletiva  
113 adiantou, pelo contrário, regrediu, e isto faz muito mal para o meio ambiente, pois além  
114 de muito lixo misturado, isto não foi em frente. Por isto antes de mais nada, reforçou  
115 que a prioridade deve ser a elaboração dos planos municipais de saneamento básico  
116 para os municípios que ainda não tem. O conselheiro José Edilberto tomou a palavra  
117 por ter sido citado e justificou que o que está sendo discutido não são os benefícios da  
118 Comissão das Águas para a cidade de Poços de Caldas e sim a participação de todos  
119 os atores (executivo, legislativo), uma ordenação dos objetivos e se o plano municipal  
120 de saneamento básico tem que ser feito pelo executivo, pois isto não compete ao  
121 comitê. Lembrou que o que compete ao comitê é dar um apoio para alguma consulta  
122 ou demanda que seja feita pelo executivo, e que compete à plenária decidir, pois o  
123 comitê não é exclusivo para o município de Poços de Caldas. A conselheira Ângela  
124 pediu a palavra e lembrou que o Comitê é deliberativo e não executivo. Disse que o  
125 trabalho anterior da Comissão das Águas, uma coleta de águas orientada pelo pessoal  
126 da CNEM, foi engavetado, apesar do entusiasmo, e que ela imaginava que nesta  
127 segunda vinda da mesma vereadora, isto fosse ser revitalizado. Questionou o objetivo  
128 desta Comissão e lembrou que o Comitê deve refletir sobre este ponto. Lembrou que  
129 no dia 22 de julho, o SISEMA trouxe a avaliação do Prof. Tuti e do Prof. Nilo e eles  
130 falavam exatamente sobre drenagem sustentável, onde disseram que em BH existe um  
131 Comitê Municipal de Saneamento que tem 50% de participação da sociedade civil e  
132 que seria interessante esta experiência ser replicada. Sugeriu portanto, que haja um  
133 consórcio de municípios, uma entidade civil gestora, com um escritório executivo que  
134 possa executar este plano de saneamento. Sendo assim, neste momento, o Comitê  
135 não teria nenhuma função nesta comissão. E lembrou novamente que o papel do  
136 comitê é informar a comunidade, discutir o que já está proposto, e não executar.  
137 Elogiou as contribuições que foram levadas à Comissão das Águas, para melhor  
138 gestão das águas, principalmente do município e agradeceu. O presidente Rogério  
139 voltou a falar que acha importante a participação do comitê na Comissão das Águas,  
140 mas deixou para a plenária decidir na próxima reunião a continuidade desta  
141 participação. E esclareceu que o Ministério Público notificou o Comitê da outra vez,  
142 para que prestasse esclarecimentos apenas e não para responder alguma ação e que  
143 ele acredita que se o MP tiver que vir novamente, virá por meio da Comissão das  
144 Águas, independente do Comitê estar fazendo parte da mesma. O conselheiro José

145 Edilberto reforçou que neste novo momento não significa que o Comitê tem que se  
146 ausentar, mas sim estar atento à este tipo de situação, pois após falar com o  
147 presidente, eles não foram mais convidados para nenhuma reunião. Reforçou que a  
148 intenção dele não é sair ou se retirar da Comissão, mas colocar a vaga à disposição. O  
149 presidente Rogério leu um comentário de uma cidadã no YouTube, chamada Carmem  
150 Grace, que disse que a participação do Comitê na Comissão das Águas é  
151 importantíssima e que não pode haver transferência de responsabilidade. Neste  
152 momento, passou a palavra para o conselheiro Eduardo que reiterou que todos devem  
153 se atentar ao que está escrito no Regimento Interno do Comitê. Que nesta reunião não  
154 há previsão de deliberação nenhuma, na pauta não consta nenhum tipo de decisão e  
155 portanto nada pode ser votado se seguir o regimento. Frisou a importância de se  
156 organizar internamente no comitê para seguir os ritos. Sobre o comentário do YouTube,  
157 ele concordou com a internauta, porém falou sobre a importância de fazer o PMSB não  
158 somente no município onde o comitê está sediado, como também nos demais  
159 municípios da bacia. Já, entender que isto é uma atividade fim, um objetivo do comitê,  
160 é outra coisa. Disse que não é obrigação do comitê participar deste tipo de comissão  
161 ou conselho. Lembrou da interinstitucionalidade e da missão do comitê nesta agenda e  
162 a importante relação que a gestão de recursos hídricos tem com o saneamento básico.  
163 Ele voltou a afirmar que não deve haver nenhuma votação sobre isto nesta reunião, por  
164 não estar previsto na pauta. O presidente Rogério agradeceu e pediu que este  
165 documento seja enviado para todos para que seja decidido em uma próxima reunião da  
166 plenária, através de uma votação para saber se o comitê continua ou não participando  
167 da Comissão das Águas. E lembrou a todos novamente que a participação dele na  
168 referida comissão é pelo ASSEMAE e não pelo CBH. Leu outro comentário da  
169 internauta Carmen Grace no chat do YouTube onde a mesma esclarece que a  
170 responsabilidade de execução do PMSB é do executivo mas que o CBH pode sim  
171 ajudar como consultor. Porém, a conselheira Ângela respondeu que o comitê não está  
172 se furtando como consultoria, mas sim como fornecedor de informações e incentivador  
173 de ações que porventura vierem a ser indicados pelo trabalho dessa Comissão. Neste  
174 momento, o secretário Juvenal pediu a palavra e disse que estas convergências tem  
175 que ser trabalhadas, trabalhar os objetivos em comum, as demandas e sanar estas  
176 questões institucionais, pois a proposta é interessante sim e é importante o comitê se  
177 fazer presente. O conselheiro Valnei pediu a palavra e lembrou sobre a poluição por  
178 elementos tóxicos radioativos aqui na região e acha que o IGAM poderia executar algo  
179 mais sério, aumentando pontos de coleta principalmente nos lugares mais críticos,  
180 entre eles o rio morto que é o Rio verde, o ribeirão que passa no distrito de Laranjeiras,  
181 onde a água está sempre esbranquiçada, e que ele não sabe se o mesmo está a  
182 jusante da INB ou não, se provem de lá as primeiras águas, que deve ser averiguado e  
183 esclarecido. Além dos ponto de coleta, deve haver informações bem transparentes  
184 para a população para ver se pode irrigar ou não, se as pessoas e o gado podem  
185 consumir para que as pessoas tenham o direito de sair da área, se mudar se for  
186 necessário. Não somente em Caldas e Santa Rita de Caldas, mas deve-se olhar  
187 também em Andradas e outras cidades, para a população saber exatamente o tipo de  
188 água que está consumindo, se é de origem duvidosa. O presidente Rogério agradeceu  
189 e lembrou que a Comissão das Águas fez exatamente este trabalho de coleta em 21  
190 pontos e houve uma moção em torno do resultado das análises. Perguntou novamente  
191 se todos concordam em deixar esta votação para a próxima reunião e todos  
192 concordaram. Pediu que os conselheiros José Edilberto e Irinéia encaminhem o

193 documento para que seja enviado à todos os conselheiros analisarem e seguiu para o  
194 próximo item da pauta **Item IV – Apresentação sobre o andamento dos trabalhos da**  
195 **Câmara Técnica de Plano Diretor - CTPD, pelo coordenador Sr. Antônio Carlos**  
196 **Sales;** o coordenador da CTPD, Antônio Carlos Sales, começou falando que ele fez  
197 parte da Comissão das Águas e que o objetivo na época era trabalhar os assuntos  
198 referentes à INB. Em seguida, apresentou a todos o resumo da última reunião da  
199 CTPD, em 23/07/2021, informando que a conselheira Rafaela foi escolhida como a  
200 secretária da CTPD e destacou que o foco dos trabalhos da CTPD é a recuperação das  
201 nascentes e matas ciliares. Falou também sobre a pesquisa que foi feita com os 27  
202 municípios da bacia referente ao saneamento básico dos municípios, para saber quais  
203 os municípios têm o plano municipal de saneamento básico - PMSB, quais têm  
204 tratamento de esgoto, que tipo de aterro eles têm e em seguida destacou os outros  
205 itens do Plano Diretor, dizendo que fazem parte de um trabalho extenso, que está  
206 sendo feito com a ajuda da Rosângela do IGAM e que será enviado um e-mail para  
207 todas as Prefeituras que ainda não tem o PMSB informando os setores do IGAM que  
208 poderão dar uma assistência à estas Prefeituras. Em seguida, ele passou a palavra  
209 para a Rosângela que falou que a estratégia utilizada na CTPD é estabelecer  
210 prioridades. Falou também sobre a implementação dos índices e frisou que as ações  
211 são contínuas e elogiou o trabalho que vem sendo feito com o apoio de todos. O  
212 coordenador Antônio Carlos tomou a palavra novamente e colocou a CTPD à  
213 disposição de todos os conselheiros, que podem enviar as suas dúvidas, sugestões e  
214 contribuições a qualquer momento por e-mail. Em seguida, a secretária da CTPD  
215 Rafaela apresentou os resultados do formulário enviado às Prefeituras até o presente  
216 momento. O presidente Rogério agradeceu e solicitou que o resultado do questionário  
217 seja enviado à todos os conselheiros assim que estiver disponível e passou para o  
218 próximo **Item V – Considerações sobre o andamento dos trabalhos da Cobrança**  
219 **pelo Uso dos Recursos Hídricos, pelo coordenador da CT de Outorga e**  
220 **Cobrança, Sr. Juvenal Nogueira Marques;** o coordenador da CTOC cumprimentou a  
221 todos e disse que foi enviado a todos os conselheiros um formulário para que  
222 enviassem suas dúvidas sobre o tema e que seriam respondidas nesta reunião pelo  
223 Wagner – IGAM, para que estas respostas facilitem o preparo da minuta da deliberação  
224 sobre a cobrança, que será apresentada na próxima reunião. Falou também que esteve  
225 em um evento em Caldas onde pediram para fazer uma apresentação na próxima  
226 reunião do Comitê. Em seguida, passou a palavra para o Wagner que respondeu as  
227 perguntas enviadas através do formulário, a saber: **1 – Como serão distinguidas a**  
228 **porção mineira de acordo com o contributivo de cada bacia?** Wagner respondeu  
229 que tem acompanhado todas as discussões de cobrança que vem sendo feitas nos  
230 Comitês, inclusive na bacia do Grande e, sobre isto, esclareceu que a portaria de  
231 outorga já tem o indicativo da bacia, se a mesma é estadual ou federal. **2 -**  
232 **Considerando que a caracterização da unidade de um curso de água por seu**  
233 **nome nas cartas oficiais exige a sua identificação inequívoca, com a**  
234 **determinação precisa do ponto onde adquire a denominação e onde esta**  
235 **termina, como e quais serão as bases cartográficas para dirimir todas as**  
236 **dúvidas quanto a sua caracterização e dominialidade?** Wagner respondeu que o  
237 sistema métrico é feito desde a foz à montante do rio. Portanto, o domínio da União é  
238 um rio que nasce no estado e atravessa outros estados até a sua foz e domínio  
239 estadual é aquele rio que nasce e morre dentro do estado e também as águas  
240 superficiais são de domínio do estado. **3. Considerando que a toponímia em uma**

241 **carta oficial não indica nomes para todos os cursos de água e, quando o faz,**  
242 **expressa dúvidas, com frequência, na forma de dois ou mais nomes ligados**  
243 **pela preposição “ou” e que, ademais, não são indicados nas cartas os pontos**  
244 **onde tal denominação se inicia e onde termina, tornando frágil e subjetivo o**  
245 **processo de identificação do curso principal por meio de nomes. Neste caso já**  
246 **estão atualizados todos os nomes dos cursos de água e suas fronteiras?**  
247 Wagner respondeu que a resposta da questão número 2 já esclarece esta questão,  
248 pois não é o nome ou a participação dele na bacia que define a dominialidade dele e  
249 sim, o sistema métrico, e lembrou que estes dados são georeferenciados **4. Cada**  
250 **curso d’água, desde a sua foz até a sua nascente, será considerado como**  
251 **unidade indivisível, para fins de classificação quanto ao domínio? Neste caso**  
252 **haverão interfaces entre a dominialidade Estadual e Federal, como serão**  
253 **delimitadas tais situações e dirimidos os conflitos de cobrança e arrecadação**  
254 **de cada contributivo sob a ótica da justiça?** Wagner respondeu que já existe um  
255 acordo entre o IGAM e a ANA, que cuida dos que são de dominialidade Federal e o  
256 IGAM dos que são de dominialidade estadual. **5. Como serão caracterizados os**  
257 **sistemas hidrográficos em cada CBH, bem como suas equivalentes**  
258 **contribuições para cada bacia, considerando neste caso a demanda por**  
259 **recursos hídricos em eventuais conflitos?** Wagner respondeu novamente que os  
260 dados são georreferenciados e lembrou dentro do documento de cobrança existe um  
261 código que identifica a que bacia aquele recurso se refere e desta forma não á como  
262 se confundir a cobrança, os recursos arrecadados e a dominialidade. **6. Diante**  
263 **ainda da indefinição de eventual Agência de Bacia, atinentes aos recursos**  
264 **advindos da cobrança que configuram a base fundamental para a criação**  
265 **desta, tema que também será objeto de discussão no âmbito dos comitês, para**  
266 **que estes discutam tal pauta faz-se necessário um diagnóstico e uma base**  
267 **cadastral confiável para suportar as decisões bem como sua implantação,**  
268 **neste caso a cobrança e a agência?** Wagner respondeu que em 2015 a cobrança  
269 era feita sobre os dados de previsão do usuário para aquele ano e no ano seguinte  
270 era cobrado a diferença entre o que foi previsto e o que foi medido. Já hoje em dia, a  
271 cobrança de 2020 acontece em 2021, onde o usuário tem o prazo entre janeiro e  
272 março para entrar no sistema, informar as suas medições, e de acordo com a  
273 metodologia é feito o cálculo e o IGAM divulga em maio os valores previstos para a  
274 cobrança em 2020 e o primeiro boleto só vai chegar em julho de 2021, ou seja, tem o  
275 prazo de 1 ano e meio após a definição da metodologia pelo Comitê. E se ainda  
276 assim, o Comitê ainda não tiver definido a sua agência, é previsto por Lei que o  
277 IGAM pode assumir o papel de agência, de executar este recurso, inclusive isto já  
278 acontece em outro Comitê. **7. Diante da publicação do Decreto 47.975/2020 que**  
279 **estende o prazo para o pagamento pelo uso de recursos hídricos de domínio**  
280 **do Estado referente ao segundo trimestre deste ano, considerando, “O Igam**  
281 **reconhece o momento de crise e vem buscando formas de minimizar os efeitos**  
282 **sociais e econômicos causados pela pandemia”, logo, diante deste fato, como**  
283 **as atuais agências estão sobrevivendo com esta suspensão? Há uma previsão**  
284 **legal para socorrer estas ou sem arrecadação? Com este decreto, quanto foi**  
285 **deixado de arrecadar? Qual foi o impacto nos projetos que estavam em**  
286 **andamento sem estes recursos?** Wagner respondeu que este decreto apenas  
287 estendeu o prazo de pagamento referente ao segundo trimestre de 2020, pois  
288 antigamente a cobrança era trimestral com vencimento no último dia útil do mês

289 subsequente. Para aqueles que precisavam de mais prazo, foi dado o prazo de mais  
290 3 meses para pagamento sem multa. Porém a arrecadação continuou sendo feito  
291 dentro do próprio ano, então isto não prejudicou a arrecadação de forma alguma.  
292 Ademais, as agências de bacia tem um volume em caixa, de forma que não foi  
293 prejudicado a execução de projeto em bacia. O que houve foi um questionamento  
294 sobre o valor arrecadado, sendo que 100% do valor arrecadado é para a bacia e  
295 7,5% deste valor é destinado para manutenção do sistema, que inclui comitê,  
296 agência de bacia e sistema de informações, porém este é mantido pelo IGAM. Então,  
297 financeiramente não houve nenhum impacto na arrecadação. Neste momento, o  
298 conselheiro José Edilberto perguntou pelo chat: **Há alguma conferência dos dados**  
299 **informados pelos usuários?** Wagner respondeu que não consegue conferir 100%  
300 dos usuários, mas usa-se o esquema definido pela RFB onde define-se um público  
301 alvo, um grupo de usuários, e passa um pente fino neles. Passou-se para a próxima  
302 pergunta do formulário **8. Cientes que a metodologia base para implementação**  
303 **da cobrança está sendo desenvolvida pelo CERH, a partir da definição de um**  
304 **preço público unitário mínimo pelo uso da água. “Essa metodologia será**  
305 **utilizada como referência para que os comitês de bacias hidrográficas definam**  
306 **seus próprios mecanismos de cobrança de acordo com as especificidades**  
307 **locais de cada região”, neste caso, a metodologia não deveria ser**  
308 **primeiramente detalhada para comitê e suas particularidades fossem objeto de**  
309 **inserção e debate, para alinhamento desta metodologia bem como a necessária**  
310 **publicidade para a instituição da cobrança?** Wagner respondeu que em 2019  
311 aconteceram paralelamente discussões no CERH e nas 8 bacias do Grande sobre  
312 como construir uma metodologia que atendesse a todos, haja visto a implementação  
313 da cobrança no estado como um instrumento de gestão para onde não existia, e  
314 passou-se a discutir os critérios que todas as bacias deveriam cumprir no mínimo  
315 para se construir uma metodologia genérica, em cima de algumas características  
316 comuns, levando em consideração o enquadramento, os recursos, a oferta e a  
317 demanda de água, etc. e lembrou que esta metodologia do CERH, no artigo 25 da lei  
318 13199 que implementa a gestão de recursos hídricos no estado de Minas Gerais, e  
319 nesta bacia por exemplo, onde um dos maiores problemas é a falta de saneamento,  
320 para ir além das diretrizes gerais estabelecidas pelo CERH. Citou o exemplo do BN3,  
321 onde foi feito assim: como 62% das portarias de outorga tinham uma concessão de  
322 um volume inferior a 250.000m<sup>3</sup>, consideraram como pequenos irrigantes. Acima  
323 disto (38%) foram considerados como grandes irrigantes. O grande irrigante tem  
324 acesso à tecnologia, financiamentos e, por uma questão de justiça, no sentido de  
325 isonomia, foi concedido um preço um pouco maior para os grandes irrigantes e um  
326 preço inferior para aquele grupo que foi considerado como pequeno irrigante. E  
327 concluiu dizendo que este levantamento o Comitê tem condições de fazer, por  
328 conhecer bem a sua bacia, já o CERH não. **9. Sobre a cobrança, cujo modelo**  
329 **proposto cumpre unicamente com a função de arrecadar recursos sem vinculá-**  
330 **los a algum objetivo ou programa específico de melhoria das condições de uso**  
331 **dos recursos hídricos da bacia, de que forma o aperfeiçoamento deste modelo**  
332 **no sentido de torná-lo mais sólido em termos de seus fundamentos**  
333 **econômicos para que seus preços possam realmente sinalizar a escassez**  
334 **relativa dos recursos hídricos associado à preservação e melhoria da**  
335 **qualidade e quantidade destes?** Wagner respondeu que o principal objetivo da  
336 cobrança é a tentativa de trazer para o usuário um uso racional deste recurso. E

337 quando se determina um preço para um bem, já se pergunta como o dinheiro será  
338 usado na melhoria da quantidade e qualidade da água. Porém é necessário subsidiar  
339 os custos da agência que vai executar esta cobrança, que foi estipulado 7,5% e pelo  
340 menos 92,5% será utilizado em projetos, programas e ações na bacia. Citou o  
341 exemplo de onde havia cobrança, a evolução das ações do Plano Diretor e este  
342 precisa de revisões, assim como as metodologias aplicadas. Verificar se os  
343 objetivos foram alcançados, onde pode ser melhorado. **10. Antes do início da**  
344 **cobrança na bacia, considerando que a simultaneidade deste instrumento tanto**  
345 **na calha federal quanto na calha estadual nos rios de domínio da União e de**  
346 **domínio estadual de Minas Gerais. Neste novo modelo, a cobrança deverá ser**  
347 **feita com base no diagnóstico e prognóstico do Plano Integrado de Recursos**  
348 **Hídricos da Bacia, a partir dos quais se estabelece um conjunto de alternativas**  
349 **de objetivos claros, específicos, espaciais e temporais, para o uso do**  
350 **instrumento na bacia. Sabedores que os diagnósticos mineiros são de 2010 e**  
351 **os do Grande estão desatualizados em decorrência da vacância e retomada**  
352 **prevista para 2022. Entendo que a nossa contribuição já foi dada com a**  
353 **proposta de uma DN ainda não apreciada pela plenária. Além disso, essa**  
354 **demanda me parece equivocada, o correto seria uma apresentação mais**  
355 **detalhada de toda essa contextualização para inicialmente nivelar junto aos**  
356 **Comitês. Cobrança, agência reguladora, monitoramento, outorgados, cadastros**  
357 **e não cadastrados...** Wagner voltou a falar sobre a importância das ações do Plano  
358 Diretor a finalidade da cobrança que foi respondida na questão anterior. Explicou  
359 que a agência faz um plano plurianual e um plano anual e faz uma análise das ações  
360 do Plano Diretor e por exemplo, se os problemas que existiam em 2010 não foram  
361 sanados por exemplo, serão feitos agora e isto não impede que o Plano Diretor  
362 passe por uma revisão. Ao término das perguntas do formulário, o presidente  
363 Rogério abriu a palavra para os conselheiros que desejavam fazer mais perguntas e  
364 a conselheira Irinéia perguntou como fica a cobrança de um rio que é estadual e  
365 federal ao mesmo tempo. Wagner respondeu que os dados são georreferenciados e  
366 por isto não há duplicidade da cobrança, basta olhar a outorga. A conselheira Ângela  
367 agradeceu a apresentação do Wagner e falou sobre a realidade da bacia do GD6 e  
368 perguntou se este comitê poderia decidir pela não cobrança neste cenário atual. E a  
369 segunda pergunta é se o comitê poderia optar em não ter agência, ou melhor, ter  
370 uma agência com os 8 comitês do CBH Grande. E citou o exemplo da agência Peixe  
371 Vivo, que é muito grande e por este motivo, ela se preocupa com o  
372 contingenciamento do estado. E que no seu entendimento como técnica, seria  
373 reconsiderar e reavaliar projetos. E que acha a política um pouco equivocada.  
374 Wagner respondeu que o Comitê tem autonomia para discutir e mudar a metodologia  
375 e quanto a não haver cobrança, o decreto realmente impõe que haja a mesma. E  
376 que isto seria cruzar os braços na busca de melhorias para a bacia, devido à própria  
377 questão da racionalização da água, já tão divulgada pela mídia. Quanto ao problema  
378 de repasse, realmente houve um contingenciamento de recurso, mas hoje o estado  
379 tem conseguido fazer estes repasses, afinal de contas este dinheiro não é do  
380 governo, e sim da bacia. A conselheira Ângela argumentou e esclareceu que tem  
381 receio da cobrança que haverá por parte da sociedade caso o dinheiro não seja  
382 investido corretamente. O conselheiro Valnei concordou com a conselheira Ângela e  
383 disse que não se deve cometer um crime de omissão, que antes de discutir o preço,  
384 deve-se discutir se determinado curso d'água deve ser utilizado ou não, devido à



385 presença de metais e elementos radioativos que já foi detectada. Logo após, a  
386 conselheira Maria Teresa pediu a palavra e disse que ficou feliz com o IGAM ter se  
387 posicionado como uma possível agência e voltou a falar que diante da atual situação  
388 do Brasil e do mundo, a cobrança é importante sim, mas há outras prioridades, como  
389 o Plano Diretor da bacia. E que esta cobrança tem que ser mais coerente, mas não  
390 neste momento, e sugeriu ao presidente trazer um modelo de cobrança que já está  
391 sendo feito em algum outro comitê de Minas Gerais, para que todos possam ter a  
392 noção e visão exatas de como o dinheiro arrecadado tem sido utilizado. Wagner  
393 respondeu que esta questão de metodologias existentes no estado, não são tão  
394 inovadoras assim, e por isto está sendo trazido em forma de capacitação sobre a  
395 cobrança para todos os comitês, bem como o histórico de como começaram as  
396 discussões, como as CTs chegaram nesta metodologia, etc. Lembrou também que  
397 as metodologias hoje existentes no estado não atendem os critérios mínimos  
398 estabelecidos pelas leis gerais do CERH por isto precisam passar por uma revisão.  
399 A conselheira Maria Teresa questionou se ele conhece ao método de cobrança da  
400 França e do Ceará e ele respondeu que sim, que teve acesso a este material e a  
401 outros também e disse que acha complicado copiar o modelo pelas características  
402 econômicas de cada país e que, na França, a cobrança é feita desde 1960 e aqui no  
403 Brasil somente agora começaram as discussões. Ela agradeceu e o parabenizou  
404 pela apresentação e insistiu que se traga um modelo que já está aplicando a  
405 cobrança, na próxima reunião. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e disse que a  
406 cobrança e o enquadramento são instrumentos que estão implantados em poucos  
407 comitês do país e que o nosso modelo não é o francês, embora tenha algumas  
408 bases e fundamentos neste modelo, reforçando que a cobrança é um instrumento  
409 importantíssimo para a gestão de recursos hídricos. E falou sobre os programas do  
410 estado de Minas Gerais que já estão sendo implementados com recursos que já  
411 foram liberados e que isto deveria nortear este instrumento, que não podemos  
412 bloquear ou impedir este processo de implementação pois quanto mais este  
413 processo avança, melhor fica o retorno destes instrumentos para a gestão de  
414 recursos hídricos. O conselheiro José Edilberto concordou com ele e disse que é  
415 importante esclarecer tudo sobre a cobrança, em uma linguagem bem simples e fácil  
416 de entender, para que não fique nenhuma dúvida. E fez duas perguntas: 1. Dos 8  
417 comitês do CBH Grande, já existe algum que enviou uma proposta ao IGAM?  
418 Wagner respondeu que as discussões nas CTs têm acontecido de forma simultânea.  
419 Para isto, foi criado um grupo que tratasse com os coordenadores e presidentes para  
420 que haja uma certa homogeneidade nas discussões para evitar desencontro de  
421 informações. Quem está mais a frente é o PN1 e PN3, eles já fizeram uma  
422 metodologia e enviaram para análise, mas deixou claro que o IGAM tem o papel de  
423 orientar apenas. Em segundo lugar de avanço nas discussões, está o CBH Grande,  
424 mas sem nada concreto ainda. 2. Existe um histórico de inadimplência e grandes  
425 usuários querendo inviabilizar o processo? Wagner respondeu que hoje a  
426 inadimplência no estado está girando em torno de 4,5% e explicou que é dado um  
427 prazo e, caso o usuário não pague, o caso é ajuizado na justiça pela AGE. O IGAM  
428 fica até à instrução do processo para encaminhar à dívida ativa. Então, ele não sabe  
429 dizer quanto deste dinheiro o estado consegue recuperar. O conselheiro José  
430 Edilberto agradeceu e perguntou se dos 8 comitês do Grande, algum já enviou uma  
431 proposta de DN para o IGAM? O conselheiro Eduardo solicitou a palavra para  
432 responder haverá uma mesma agência para os 8 comitês para integrar as

433 discussões dentro da bacia. E disse que o processo é democrático, que a ANA está  
434 avançando nos estudos e padronizando as ações, e quem constrói as discussões  
435 são os recursos da cobrança. Por isto é necessário ter uma agência, um CNPJ,  
436 alguém que administre tudo isto. Assuntos Gerais – o presidente Rogério disse ao  
437 conselheiro José Edilberto que a planilha de pendências está sendo feita e que  
438 devido à outras demandas do Comitê não pôde ser apresentada nesta reunião. O  
439 conselheiro Eduardo pediu a palavra e disse que o PN do FHIDRO está em fase de  
440 consultas e comentários, que é um programa antigo, que já foi muito criticado, mas  
441 lembrou que é muito importante, pois é um programa que acrescenta a cobrança e  
442 está na ALMG, aberto a comentários e votação e passou o link para que todos os  
443 conselheiros tomem conhecimento:  
444 [https://mobile.almg.gov.br/tramitacao\\_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021)  
445 [ano=2021](https://mobile.almg.gov.br/tramitacao_projetos/projeto.html?tipo=PL&numero=2885&ano=2021) . Por fim, o presidente Rogério agradeceu a participação de todos e pediu  
446 que todos se inscrevam no canal do Comitê no YouTube e divulguem o mesmo para  
447 que mais pessoas possam participar das discussões nas reuniões que são  
448 transmitidas ao vivo pelo canal através do link:  
449 <https://www.youtube.com/channel/UCp3KkgY1FzSYA-JaZK1KmNg>  
450 Nada mais havendo a tratar, a 4ª Reunião Ordinária do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi  
451 encerrada às 13h00min.

MINU